

# Construção participativa de projetos: lições aprendidas em consultas com quebradeiras de coco-babaçu no Maranhão

Marcelo Cavallari, Marcos Miranda Toledo, Roberto Porro, Guilherme Barbosa Abreu, Westphalen Luiz Lobato Nunes, José Mário Ferro Frazão e Guilhermina Cayres

## Introdução

A palmeira babaçu (*Atalea speciosa* Mart. ex Spreng.) ocorre em formações secundárias nas áreas de transição entre a Floresta Amazônica, o Cerrado e a Caatinga (MAY, 1990). O extrativismo do babaçu, promovido por comunidades tradicionais, envolve vários componentes da palmeira, mas, na interação com o mercado, o fruto tem maior destaque (PORRO et al., 2013). Das amêndoas contidas nos frutos, extraem-se óleos para fins alimentícios e industriais (HERRMANN et al., 2001). Estatísticas referentes ao ano de 2011 (IBGE, 2013) indicam que o País comercializou mais de 102 mil toneladas de amêndoas de babaçu (91% no Maranhão), movimentando cerca de 140 milhões de reais. Com efeito, apesar de crescente competição com óleos de palma e palmiste, o babaçu ainda proporciona a segunda maior receita proveniente de produtos florestais não madeireiros no Brasil, apenas inferior à do açaí (*Euterpe oleracea* C. Mart.) (PORRO et al., 2012).

Vastas áreas, sobretudo no Maranhão, e também no Tocantins, no Pará e no Piauí, são cobertas por extensos e densos babaçuais (ANDERSON, 1991; ANDERSON et al., 1988), que ocupam área estimada entre 13 e 18 milhões de hectares (PROMOÇÃO...

2009), que se expandem mediante a consolidação da sucessão florestal na Amazônia. O contingente envolvido no extrativismo do babaçu varia conforme a fonte. Na década de 1980, era estimado em 300 mil mulheres (MAY, 1990), ao passo que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontava 68 mil estabelecimentos envolvidos na atividade em 2006.

Entre 1950 e 1970, houve grande incentivo às indústrias de extração de óleo do babaçu, baseadas na coleta e quebra manual por comunidades tradicionais. A partir da década de 1970, porém, houve maior incentivo à pecuária. A Lei nº 2.979, de 17 de julho de 1969 (conhecida como Lei Sarney de Terras ou, simplesmente, Lei Sarney), determinava que as terras devolutas, existentes em grande porção do território do Maranhão e ocupadas por comunidades tradicionais, seriam vendidas, criando um mercado formal de terras que favoreceria grandes e médios empreendimentos agropecuários (GASPAR et al., 2008). Desde então, as relações entre os extrativistas de babaçu e os proprietários de terra foram modificadas, visto que os novos proprietários passaram a impor condições para a exploração dos babaçuais contidos em suas terras (ARAÚJO JUNIOR et al., 2014). As comunidades tradicionais passaram a ser impedidas de acessar os babaçuais, e eram acusadas de furtos, invasão de propriedade, depredação de benfeitorias, entre outros crimes (AYRES JÚNIOR, 2007; SHIRAIISHI NETO, 2006).

Como resposta a esse processo de exclusão dos meios produtivos, desde meados da década de 1970 os extrativistas de coco-babaçu, em sua maioria mulheres de diversas regiões de ocorrência da palmeira, em vários estados, engajaram-se em conflitos fundiários e pelo acesso, exploração e defesa do babaçu. Na década de 1990, elas se mobilizaram em movimento político próprio e conseguiram externar para a sociedade sua existência (FIGUEIREDO, 2005), sendo posteriormente identificadas como quebradeiras de coco-babaçu, grupo social reconhecido como comunidade tradicional pelo Decreto nº 6.040, de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007). Hoje existem diversas organizações de agroextrativistas e quebradeiras de coco-babaçu (aqui denominadas OAQB).

A interação entre a Embrapa e as OAQB intensificou-se a partir da criação da Embrapa Cocais, em 2009. Os primeiros trabalhos consistiram na estruturação de unidades produtivas a partir do extrativismo do

babaçu na União dos Clubes de Mães de Itapecuru-Mirim e na Associação de Quebradeiras de Coco de Itapecuru-Mirim. Outra iniciativa da Embrapa Cocais foi a elaboração de um projeto de pesquisa intitulado Pré-Melhoramento do Babaçu, aprovado em 2011, o qual tinha como objetivo identificar características, indivíduos e populações de babaçu desejáveis para programas de melhoramento genético. O projeto foi estruturado com os seguintes objetivos: o mapeamento de populações de babaçu; o desenvolvimento de ferramentas em biologia molecular para a espécie; a efetivação de pesquisas genéticas; o desenvolvimento de protocolos para a propagação do babaçu em larga escala; tanto por clonagem vegetativa quanto por sementes e mudas; e, por fim, a seleção de matrizes mais produtivas para a formação de uma coleção de melhoramento. Para a execução do projeto, propunham-se metodologias que envolveriam o acesso ao conhecimento tradicional associado ao babaçu, o que, por sua vez, requeria a anuência prévia de algumas OAQB para a sua realização.

Apesar da anuência (verbal) da Associação de Quebradeiras de Coco de Itapecuru-Mirim, a equipe do projeto optou por consultar movimentos sociais que congregassem OAQB e abrangessem uma amostra representativa das comunidades tradicionais que exploram o babaçu. Reuniões foram mantidas com o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco-babaçu (MIQCB) e a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema) para apresentar os objetivos do projeto e buscar o consentimento das OAQB para uso do conhecimento tradicional associado. As organizações, que possuíam experiência anterior em negociação de acesso ao conhecimento tradicional (PORRO et al., 2013), viram no projeto uma ameaça ao modo de fazer, criar e viver das famílias que estavam representando, pois fazia menção à necessidade de alterações na cadeia produtiva, transformando o babaçu em espécie cultivada em sistema de produção sustentável. Em diferentes assembleias realizadas entre as partes, os pontos de vista de ambos os lados foram colocados, e discutiram-se tanto os benefícios quanto os possíveis malefícios do projeto na visão de cada grupo.

Um dos argumentos defendidos pelas organizações foi o livre acesso das quebradeiras de coco aos babaçuais, o que já resultou na aprovação da Lei do Babaçu Livre em alguns municípios (ARAÚJO JUNIOR et al.,

2014), garantindo assim o direito de os extrativistas coletarem coco em propriedades particulares. As OAQB entenderam que, com o lançamento de uma cultivar, e com a plantação e o cultivo, o babaçu passaria a ter dono e o livre acesso aos babaçuais plantados não faria sentido.

Em dado momento, o MIQCB e a Assema formalizaram sua não anuência ao projeto da Embrapa Cocais, demonstrando claramente que não apoiavam sua realização. As organizações enfatizaram que gostariam de ter tido a oportunidade de discutir a concepção do projeto antes da sua elaboração e aprovação. Diante do impasse, a Embrapa decidiu respeitar as preocupações das comunidades tradicionais e decidiu reconsiderar o melhoramento genético do babaçu em outro contexto, outro momento e de outra forma. Assim, a parte do projeto que estava diretamente relacionada ao melhoramento genético foi cancelada, enquanto outras partes continuaram a ser executadas.

A partir dessa interação, a Embrapa Cocais adotou uma abordagem metodológica que privilegia a participação e o protagonismo de comunidades tradicionais na definição de prioridades de pesquisa, construção do conhecimento e transferência de tecnologias para atender as demandas locais e regionais. O resultado desse processo, discutido no restante deste artigo, foi o fortalecimento das relações institucionais entre a Embrapa e as OAQB.

## Metodologia

A Embrapa Cocais realiza anualmente um fórum, intitulado *BabaçuTec*, para discutir ações de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Transferência de Tecnologia (TT) para o babaçu, do qual participam diferentes segmentos da sociedade civil e acadêmica, bem como empresários e organizações de agroextrativistas. A partir do processo desencadeado pelo cancelamento da pesquisa com melhoramento do babaçu, o fórum foi dedicado exclusivamente à discussão com as organizações agroextrativistas a respeito das demandas e possibilidades de atuação da Embrapa no que se refere ao babaçu. Foi estabelecida uma estratégia de ação que contemplava três etapas: evento inicial de abertura (*BabaçuTec 2013*), quatro consultas regionais por meio de oficinas e evento de fechamento. As atividades, realizadas entre

novembro de 2013 e outubro de 2014, contaram com a participação da Embrapa Amazônia Oriental e com o apoio do Departamento de Transferência de Tecnologia da Embrapa (DTT) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no âmbito do Programa de Inovação para a Agricultura Familiar.

### **Etapa 1 – Abertura**

Neste evento inicial (*BabaçuTec 2013*), oito OAQB estiveram presentes e fizeram relatos, nos quais apresentaram seus objetivos, desafios, principais conquistas e principais dificuldades. Também ocorreram discussões em grupo sobre aspectos do trabalho comunitário e sobre as experiências com babaçu em manejo e produção; coleta, transporte e processamento; e comercialização e agregação de valor. Cada grupo preencheu uma matriz com potencialidades, dificuldades e limitações, ações necessárias e instituições possivelmente envolvidas. A composição final da matriz dos três grupos resultou em uma lista com 40 demandas prioritárias, utilizada como insumo para a etapa seguinte.

### **Etapa 2 – Oficinas regionais**

Foram realizadas quatro oficinas regionais nos municípios de Pedreiras, Viana, São José dos Basílios e Itapecuru-Mirim, escolhidos por se localizarem em regiões com características ambientais, agrícolas e fundiárias distintas e por possuírem organizações de agroextrativistas representadas na Etapa 1. O objetivo das oficinas foi validar e, principalmente, priorizar as 40 demandas relacionadas ao processo produtivo que envolve o babaçu, a fim de transformar, de maneira participativa, essas demandas em projetos de P&D e TT. Participaram das oficinas 44 organizações ou comunidades de quebradeiras de coco e agroextrativistas, representadas por 88 pessoas de 19 municípios.

No primeiro momento de cada oficina, os facilitadores apresentavam uma linha do tempo que mostrava aos participantes que a oficina era continuidade de um processo prévio e o que fosse ali priorizado poderia se tornar objeto de trabalho da Embrapa nos próximos anos. No segundo momento da oficina, os participantes apresentaram os

principais problemas e dificuldades enfrentados em suas atividades. A lista inicial de problemas/demandas foi então enriquecida com a realidade local. Uma vez definida a lista de problemas/demandas, foi feita a separação entre aquelas relacionadas ao escopo de atuação da Embrapa e aquelas não relacionadas, utilizando-se tarjetas de cores distintas. O grupo de problemas/demandas não relacionados ao escopo de atuação da Embrapa (acesso a crédito, regularização fundiária, conflitos agrários, entre outros) teria uma discussão simplificada, já que, no âmbito desses problemas/demandas, não cabia a atuação institucional da Empresa.

Após a leitura e os esclarecimentos de cada demanda, uma dinâmica foi realizada para que os participantes priorizassem as demandas por meio de “votação”. Cada participante recebeu sete grãos de feijão, que distribuiu sobre as tarjetas que expressavam, em sua opinião, as demandas mais importantes (era permitido colocar mais de um grão por tarjeta escolhida). Ao final, foi criado um painel com os problemas/demandas mais votados. O momento seguinte foi de discussão para validação dos cinco problemas/demandas realmente mais importantes para o grupo, sendo permitida a “reorganização” do painel: problemas semelhantes ou relacionados poderiam ser consolidados, ou o inverso – um problema poderia ser dividido em dois. Essa reorganização foi importante para a reflexão e mostrou ser uma forma de minimizar os vieses (discutidos adiante). Com a reorganização do painel, percebeu-se que era necessário reescrever algumas tarjetas de maneira que o título “traduzisse” em um texto único e curto os problemas anteriormente aglutinados. Esse procedimento não havia sido previsto, e algumas soluções empregadas funcionaram bem para contornar os vieses ou contemplar a vontade do grupo.

A discussão a respeito dos temas fora do escopo de atuação da Embrapa restringiu-se à listagem das instituições e organizações responsáveis pelo problema (ou com atuação relacionada) e à elaboração de uma proposta de encaminhamento ao problema. Para os temas dentro do escopo de atuação da Embrapa, realizou-se uma “tempestade de ideias” em grupo, com o objetivo de responder às seguintes perguntas orientadoras: 1) Quais são os problemas relacionados a esse tema? 2) O que queremos alcançar no futuro? 3) Como a Embrapa poderá

contribuir com soluções para esse tema? As respostas foram socializadas em plenária, sendo elencadas instituições e organizações que poderiam atuar em cada tema, em parceria com a Embrapa.

Como resultado do trabalho realizado nessas oficinas, emergiu uma lista de cinco prioridades discutidas e detalhadas para cada uma das regiões consultadas. As prioridades, dentro do escopo de atuação da Embrapa, seriam referência para a formatação de projetos de P&D e TT. Para tal, ainda era necessária a participação ativa das OAQB, de modo a garantir a interação entre pesquisadores, quebradeiras de coco e agroextrativistas em todas as etapas do processo de construção de projetos.

### **Etapa 3 – Fechamento**

Previamente ao evento de fechamento, a equipe agrupou problemas/demandas priorizados em seis grandes temas: 1) manejo do babaçu; 2) manejo da roça; 3) integração de animais em áreas de babaçu; 4) quebra do coco; 5) processamento integral; 6) agregação de valor.

Como estratégia para identificar e envolver potenciais parceiros no processo – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Agência Estadual de Pesquisa e Extensão Rural (Agerp), IBGE, universidades, secretarias de governo, etc. –, eles foram convidados para o evento de fechamento, cujo objetivo era formatar projetos preliminares que atendessem aos temas priorizados. O evento promoveu trabalhos em grupos nos seis temas identificados como prioritários nas oficinas. Os grupos tinham como objetivo pensar, discutir e propor tantos projetos quanto julgassem cabíveis para o atendimento/superação do problema/demanda com a qual estavam trabalhando. Ao final do evento cada grupo apresentou em plenária as propostas de projetos elaborados. Os resultados foram consolidados em relatório disponibilizado para todas as organizações e instituições presentes.

### **Resultados e discussão**

O trabalho resultou na elaboração participativa de propostas de projetos de P&D e/ou TT em seis temas prioritários para as OAQB. No total,

foram 13 propostas de projeto, assim distribuídas: manejo do babaçu, manejo da roça, integração de animais em áreas de babaçu, quebra do coco, processamento integral e agregação de valor. As propostas poderão ser trabalhadas como projetos individuais, porém caberá à Embrapa propor estruturas de projetos de acordo com os modelos utilizados formalmente na Empresa ou apresentar a outras fontes de financiamento.

No entanto, mais importante do que apresentar os 13 projetos foi o fato de considerar como resultado principal a metodologia de trabalho que foi desenvolvida visando ao alinhamento das ações da Embrapa às demandas da sociedade, neste caso específico, às demandas de comunidades tradicionais. A partir de um potencial confronto de ideias, houve o entendimento da Embrapa em trabalhar com um grupo social com o qual poderia divergir, o que teria dificultado ou até mesmo impedido qualquer ação em parceria. O cancelamento da pesquisa com melhoramento genético do babaçu aproximou a Embrapa desses grupos e promoveu uma metodologia na qual a participação consolidou relações institucionais e de confiança entre os envolvidos no processo.

## **Discussão**

Para que os resultados finais de consultas reflitam reais demandas e dificuldades enfrentadas pelas comunidades e organizações participantes, os facilitadores não podem interferir com suas opiniões e ideologias, de forma que os participantes expressem suas ideias sem ser influenciados. Devem mediar debates convidando os participantes a pensar de diversas maneiras, porém sem impor suas ideias ou convicções, avaliando diferentes pontos de vista, certificando-se de que as pessoas não foram influenciadas por uma opinião expressa anteriormente.

Uma dificuldade observada foi em relação às tarjetas elaboradas a partir das demandas elencadas no evento de abertura. Buscava-se ser fiel aos resultados daquele evento, mantendo-se, na medida do possível, a redação original feita pelos participantes. Havia necessidade de

alguma padronização e modificação de textos (sem modificação de ideias) para que coubessem nas tarjetas. Porém, não houve reflexão tão cuidadosa sobre o uso de determinadas palavras nas tarjetas, o que culminou em alguns equívocos que possivelmente influenciaram os resultados. O principal erro foi a repetição das ideias escritas de forma diferente. Por exemplo, “problemas fundiários” e “quebradeiras sem terra e sem babaçu” são duas tarjetas que exprimem a mesma questão, mas foram escritas de forma diferente, duplicando a ideia. Durante a priorização, os votos para essa ideia ficaram divididos entre as duas tarjetas, enviesando a priorização. Para minimizar o viés, as discussões para “rearranjo do painel das cinco mais votadas” foram propositadamente longas e aprofundadas. Durante esse rearranjo, ficou claro para os participantes que duas tarjetas equivalentes poderiam ser agrupadas e priorizadas.

A recomendação para oficinas semelhantes é que se condensem ideias semelhantes em uma única tarjeta, facilitando a priorização. A tarjeta deve expressar os diversos aspectos da questão e a escolha das palavras é fundamental. No entanto, deve-se tomar cuidado para que a unificação não resulte em poucas tarjetas muito abrangentes, pois isso torna a priorização sem sentido. As demandas levantadas não podem ser reescritas ao ponto de perderem sua identidade.

Como nem todos os participantes possuíam fluência em leitura, e como toda a metodologia foi baseada em tarjetas escritas, alguns participantes tiveram dificuldades no entendimento. Porém, ficou claro que problemas de interpretação foram ainda mais relevantes para as discussões. Muitas palavras oferecem múltiplas interpretações. Para minimizar tal efeito, os facilitadores fizeram a leitura de cada tarjeta, buscando explicar e discutir o seu significado, de modo a garantir que todos tivessem o mesmo entendimento. No entanto, esse tipo de viés não foi completamente anulado. Para citar um exemplo, algumas palavras-chave como “certificação” e “plano de manejo” são de difícil interpretação. Aparentemente, tais palavras não eram incomuns para os participantes. Porém, sabe-se que há vários tipos de “certificação” ou “plano de manejo”. Dessa forma, discutir sob diferentes interpretações pode ser um tanto vago e subjetivo.

## Considerações finais

De modo geral, foi perceptível que os participantes apresentaram mais facilidade para relatar seus problemas do que para propor soluções. Dessa forma, as primeiras atividades das oficinas fluíram bem. Porém, quando se iniciaram as discussões sobre as possíveis estratégias de enfrentamento dos problemas/demandas, o ritmo e a participação diminuíram. Sendo assim, as discussões foram aprofundadas apenas até o ponto em que os participantes estiveram ativos.

Em geral, é comum que projetos de pesquisa nasçam a partir de um problema que foi identificado no meio técnico-científico. Entretanto, esses projetos devem estar alinhados com as demandas reais da sociedade. A prática recorrente na Embrapa vem sendo modificada a partir das demandas que chegam à instituição. A Empresa precisa se adequar às necessidades dos diferentes segmentos sociais que buscam suas pesquisas e tecnologias.

O projeto Pré-Melhoramento do Babaçu mostrou que trabalhos que visam alterar toda uma cadeia produtiva, mesmo em longo prazo, devem passar por uma profunda análise socioeconômica, pois estratégias elaboradas em desalinhamento com as dinâmicas locais e regionais podem afetar a vida de milhares de produtores, excluindo-os do processo produtivo. Essa foi a primeira lição aprendida a partir da abertura de discussão sobre o projeto com as OAQB.

A segunda lição foi a de que as interações diretas com comunidades tradicionais as colocam como clientes potenciais, e até mesmo prioritários, da Embrapa. Consultas locais, como as oficinas realizadas, são importantes para indicar caminhos para a atuação das equipes de P&D e TT, fazendo emergir aspectos não necessariamente percebidos pelos formuladores dos projetos.

É importante notar que, mesmo que o tema principal das discussões tenha sido o extrativismo do babaçu, uma das principais prioridades evidenciada nas consultas foi o manejo de culturas alimentares (manejo da roça). Isso se deve ao fato de que grande parte das famílias extrativistas se dedica também à agricultura em sistema de consórcio

que envolve as culturas de mandioca, arroz, milho e feijão, na maioria das vezes em áreas de ocorrência do babaçu. Tais resultados refletem a carência de assistência técnica pública para agricultores familiares na região, que continuam realizando agricultura baseada no sistema de corte e queima. Dessa forma, pontos vitais para a atuação da Embrapa Cocais, para além da cadeia produtiva do babaçu, emergiram a partir das consultas.

A Embrapa Cocais conta hoje com uma relação de propostas para projetos de P&D e TT elaborada a partir das demandas das comunidades agroextrativistas, o que reflete maior alinhamento da instituição de pesquisa com as demandas desse segmento da sociedade. Além do fortalecimento das relações entre pesquisadores e analistas da Embrapa e as quebradeiras de coco, o principal resultado dessa iniciativa foi a geração de um processo metodológico que privilegia a participação e o protagonismo de comunidades agroextrativistas na definição de prioridades de pesquisa, construção do conhecimento e transferência de tecnologias que atendam demandas locais e regionais. Para a consolidação e replicação desse processo, é fundamental um perfil de profissionais que se permitam rever seus métodos e ferramentas de trabalho no âmbito da empresa pública que é a Embrapa, em que aspectos de mercado, sensibilidade social e demandas dos produtores são vitais para a definição de novas perspectivas de atuação institucional.

## Referências

ANDERSON, A. B.; BALICK, M. J. Taxonomy of the Babassu complex (*Orbignya* spp.: Palmae). **Systematic Botany**, n. 13, p. 32-50, 1988.

ANDERSON, A. B.; MAY, P. H.; BALICK, M. J. **The subsidy from nature: palm forests, peasantry and development on an Amazon frontier.** New York: Columbia University Press, 1991.

ARAÚJO JUNIOR, M. E. de; DMITRUK, E. J.; MOURA, J. C. da C. A lei do babaçu livre: uma estratégia para a regulamentação e a proteção da atividade das quebradeiras de coco no Estado do Maranhão. **Sequência: estudos jurídicos e políticos**, v. 35, n. 68, p. 129-158, 2014.

AYRES JUNIOR, J. C. **A organização das quebradeiras de coco-babaçu e a refuncionalização de um espaço regional na microrregião do Médio Mearim**

**Maranhense.** 2007. 176 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, 8 fev. 2007.

FIGUEIREDO, L. D. **Empates nos babaçuais:** do espaço doméstico ao espaço público: lutas de quebradeiras de coco-babaçu no Maranhão. 2005. 199 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém.

GASPAR, R. B.; REGO, J. L.; ANDRADE, M. de P. Mobilização e justiça ambiental: resistência camponesa e as transformações agrárias no Médio Mearim e Leste Maranhense. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Porto Seguro. **Anais...** Porto Seguro: ABA, 2008. Disponível em: <[http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual\\_26\\_RBA/grupos\\_de\\_trabalho/trabalhos/GT%2036/rafael%20bezerra%20gaspar.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2036/rafael%20bezerra%20gaspar.pdf)>. Acesso em: 2 maio 2016.

HERRMANN, I.; NASAR, A. M.; MARINO, M. K. M.; RUBENS, N. Coordenação no SAG do babaçu: exploração racional possível? In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON AGRI-FOOD CHAIN/ NETWORKS ECONOMICS AND MANAGEMENT; CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA E GESTÃO DE NEGÓCIOS (NETWORKS) AGROALIMENTARES, 3., 2001, Ribeirão Preto. **Proceedings...** Ribeirão Preto: FEA-USP, 2001. Disponível em: <[https://www.fundacaofia.com.br/pensa/anexos/biblioteca/133200715431\\_.pdf](https://www.fundacaofia.com.br/pensa/anexos/biblioteca/133200715431_.pdf)>. Acesso em: 2 maio 2016.

IBGE. **Valor da produção vegetal, por tipo de tipo de produto extraído.** Rio de Janeiro, 2013. Acesso em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=290&z=t&o=18>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

MAY, P. H. **Palmeiras em chamas:** transformação agrária e justiça social na zona de babaçu. São Luís: Emapa, 1990. 240 p.

PORRO, N. M.; SHIRAIISHI NETO, J.; VEIGA, I.; FIGUEIREDO, L. D. Conflitos sócio-jurídicos: a implementação das convenções internacionais e a transmissão de conhecimentos tradicionais. **Confluências:** revista interdisciplinar de sociologia e direito, v. 11, n. 2, p. 113-140, 2013.

PORRO, R.; MILLER, R. P.; TITO, M. R.; DONOVAN, J. A.; VIVAN, J. L.; TRANCOSO, R.; KANTEZ, R. F. van; GRIJALVA, T. E.; RAMIREZ, B. I.; GONÇALVES, A. L. Agroforestry in the Amazon region: a pathway for balancing conservation and development. **Agroforestry: the future of global land use**, v. 9, p. 391-428, 2012.

PROMOÇÃO nacional da cadeia de valor do coco-babaçu. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009. 9 p.

SHIRAIISHI NETO, J. **Leis do babaçu livre:** práticas jurídicas das quebradeiras de coco-babaçu e normas correlativas. Manaus: Ed. da UEA, 2006.